



Notícias do baile

Marília Martins

Há uma cena do romance *Esau e Jacó* sempre muito lembrada, quando se trata de comentar o baile da Ilha Fiscal, último grande festejo do Império. Nela, às vésperas do 9 de novembro de 1889, alguns personagens imaginam como seria aquela noite memorável. Antevêm o desembarque, a luxuosa ornamentação do cenário, as muitas danças e contradanças políticas. “Batista conversaria com o imperador, a um canto, diante dos olhos invejosos que tentariam ouvir o diálogo, à força de os fitarem de longe”, afirma o narrador no Capítulo 48. Pelos rumos do enredo, não importaria que Batista ali se achasse a contragosto, sendo ele um conservador no meio de um baile patrocinado, às expensas dos cofres públicos, pelo Ministério liberal do sr. visconde de Ouro Preto. Tanto melhor se os convidados interpretassem a presença de Batista como um ato de meia-conversa. Aliás, de acordo com d. Cláudia, sua mulher, mais proveito haveria em não se ter tantos pruridos. “... Aqui cabia bem o aforismo de d. Cláudia que não é preciso ter as mesmas idéias para dançar a mesma quadrilha”, pondera o narrador. E assim, na medida em que cogitam da conveniência entre danças e idéias, os personagens sonham com o Terceiro Reinado.

Em contraste com as notícias publicadas nos jornais cariocas de grande porte sobre o baile, a cena composta por Machado de Assis em 1904 se revela muito mais cética com os seus personagens do que parece à primeira vista. O casal Batista, na sua recém-adquirida destreza em se adaptar aos volteios da política, sequer vislumbra, em meio a seus delírios, a possibilidade da proclamação da República, prestes a ocorrer. A contar, no entanto, pelo noticiário, a revolta do Exército não era assim tão imprevisível. Bem ao contrário, esta revolta chegou mesmo a ser abertamente conclamada em editoriais de primeira página do jornal republicano *O País*. Às vésperas do 15 de novembro, a imprensa monarquista, liderada pela *Gazeta de Notícias*, alertava para os altos riscos que rondavam a sobrevivência da Monarquia no Brasil e, ciente da iminência de uma crise militar, clamava por uma resistência popular a qualquer tentativa de mudança do regime. O casal Batista ainda teria mesmo muito o que aprender sobre a arte de conviver com o inconvivível, muito o que treinar o indispensável jogo de cintura ideológico no trato social.

Escreveu-se muito e durante muito tempo, na imprensa carioca, sobre o baile. Já um mês antes da data em que afinal se realizou era assunto das colunas de festas da corte, nos principais periódicos. A própria Ilha Fiscal despertava curiosidade, ao longo dos preparativos. Havia passado por uma longa e intensa reforma a fim de se tornar um quartel de guardas e remadores. A obra começara em novembro de 1881, com o aval do Ministério da Fazenda, que pretendia instalar ali, naquela ilha que até então tinha a alcunha de Ilha dos Ratos, um posto avançado de fiscalização do porto, entre os ancoradouros de franquia e os de descarga. Oito longos anos levaria a construção do palácio e do ancoradouro. A inauguração acontecera, afinal, em abril de 1889. O baile seria o primeiro grande evento social do novo palácio e a idéia se de fazer uma festa à beira-mar se devia ao motivo mesmo da comemoração, uma homenagem feita pelo Império brasileiro à oficialidade do encouraçado chileno Almirante Cochrane, em visita à Capital.

A data inicialmente marcada para a festa foi 18 de outubro, três dias após a celebração das bodas de prata da princesa Isabel e do conde D’Eu. Quem folheia a *Gazeta da Tarde* do dia 15 de outubro percebe o quanto se comentava a proximidade do baile da Ilha. Na primeira página, com

MARÍLIA MARTINS é mestre em Filosofia e professora da Faculdade de Comunicação Social da PUC-RJ.

destaque, se anuncia a festa das bodas, marcada para aquela noite no Cassino Fluminense, e se publica uma saudação à princesa, lembrando "o seu passado repleto de flores, sobre o qual irradia ainda fulgurante o sol majestoso da liberdade que derreteu as cadeias dos negros – a lei de 13 de maio". E ao pé da página 2 se publica um protesto:

"Temos recebido várias queixas contra o modo pelo qual está sendo feita a distribuição dos convites para o baile oferecido pelo Estado aos oficiais chilenos na Ilha Fiscal.

As pessoas encarregadas de distribuir os convites são empregadas na alfândega, de sorte que não há parentes e amigos que não sejam contemplados com manifesta preterição de pessoas mais nos casos de serem convidadas, pela sua posição social.

Queremos crer que não se projeta encher a Ilha Fiscal de empregados públicos de quarta ordem e de parentes destes, e sim de cavalheiros de todas as classes, distintos, uns pelas suas qualidades e méritos, outros pela sua posição.

Pelas queixas, porém, que recebemos todos os dias, parece que só figurará no baile a gente da alfândega, pois o guarda-mor pensa que o baile é seu."

A nota, ainda que pequena e publicada sem maior destaque, teve enorme repercussão. No dia seguinte, na página 2, outra nota comentava os manifestos de apoio chegados à redação:

"Sabemos que a nossa justa e inocente reclamação de ontem contra o modo irregular com que tem sido feita a distribuição de convites para o baile da Ilha Fiscal só serviu para irritar mais o bilioso comendador alemão e seu ajudante Berlocó, dois ingênuos beócios que acreditam que aquela festa é deles.

Tivemos ainda hoje certeza plena de que não deixados de ser convidados para esta festa oficiais superiores do Exército, e Armada, membros importantes do magistério e altos funcionários, enquanto que têm sido convidados meninos estudantes, caixeiros de zangões de praça e quanto bigorriha tem a alta honra de conhecer o poderosíssimo comendador alemão e o não menos burlesco moço fidalgo Berlocó.

Por nossa parte sabemos que não seremos honrados com um convite, pois o comendador alemão não nos perdoa o havermos denunciado há tempos por esta folha o ridículo fato que passou quando aqui esteve a cantora Adelina Patti; esta desembarcou no cais ao lado do Paço e atrás dela ia um alto funcionário da alfândega, de farda, sobraçando de um lado o *king charles* da diva e do outro a mala.

Se o governo houvesse incumbido da distribuição uma comissão composta de dois ajudantes gerais e de mais um oficial desta esfera, não se passaria com certeza um só desses fatos que tão justas reclamações estão levantando.

Em todo o caso sirva isso de exemplo para que outra vez, se houver festa semelhante, não se reproduzam incidentes tão desagradáveis como tem originado a caprichosa e ridícula forma da distribuição dos bilhetes que se está fazendo para o baile do Estado, festa que quer queiram, quer não queiram o comendador alemão e o ajudante Berlocó é dado à custa do contribuinte."

As duas notas centram suas críticas nos organizadores da festa, o comendador Adolfo Hasselmann, guarda-mor da Alfândega, e o ajudante Luís Berquó, além do barão Sampaio Viana, inspetor da Alfândega, representantes do Ministério para tratar dos preparativos. A festa encomendada deveria estar entre as mais luxuosas já vistas na corte. Sobretudo pelo incrível espetáculo de luzes que se programava, com efeitos que requeriam ensaios para se apurar a precisão. No dia anterior, 17, o republicano *O País* dava conta de um desses ensaios:

"Fizeram-se ontem os primeiros ensaios de luz elétrica com o holofote há pouco colocado sobre o portão do arsenal da marinha. A luz expedida desse holofote tem por fim manter constante a projeção sobre a ilha na noite de amanhã, enquanto durar o baile que ali se realizará. No centro da sala e um pouco à direita do portão mesmo do arsenal, próximo do cais, está sendo colocado um farol para projetar sobre o mar luz de três cores também durante a noite de amanhã".

A Ilha feericamente iluminada seria a imagem-síntese do baile, no comentário de todos os cronistas do evento. A simples presença da luz elétrica parecia ter a capacidade rara de juntar modernidade e Monarquia no mesmo denominador. Talvez por isto, o Ministério tenha aproveitado o adiamento da festa para multiplicar várias vezes os efeitos previstos. O adiamento se devia às notícias sobre o grave estado de saúde do rei de Portugal, Dom Luís I. E as instalações de luz

REVISTA ILUSTRADA

CORRE

PUBLICADA POR ANGELO AGOSTINI

PROVINCIAS

ANNUAL ...
SEMI-ANNUAL ...
TRIMESTRAL ...

ANNUAL ...
SEMI-ANNUAL ...
TRIMESTRAL ...

ANNUAL ...
SEMI-ANNUAL ...
TRIMESTRAL ...



A mananciais todas interseções a proposta de Sr. Leão Veloso

Caricatura anônima (possivelmente de Angelo Agostini) do senador Leão Veloso mamando nas tetas do governo (dos subsídios do governo): está na *Revista Ilustrada* de 8 de novembro de 1879

elétrica, entre os dias 18 de outubro e 9 de novembro, passaram a ser tão intrincadas que chegou a haver um incêndio, quatro dias antes da segunda data. O *Jornal do Comércio* de 6 de novembro atribui o incidente que causou inúmeros boatos pela cidade a "duas centelhas elétricas produzidas por dois fios condutores, que os encarregados da ornamentação do teto inadvertidamente juntaram".

A modernidade da luz elétrica excitava a imaginação, imprimia ao baile os contornos oníricos do progresso. Desenhava-se ali um novo cartão de visitas para um Ministério liberal em crise, lutando contra a impressão de ter seus dias contados. O pretexto de se homenagear a tripulação chilena era bastante oportuno. Há cerca de dois meses os oficiais do Almirante Cochrane cumpriam uma agenda diária repleta de compromissos sociais. A propaganda republicana corria à solta e provocava, não raro, constrangimentos em cerimônias públicas. A 22 de outubro, por ocasião da visita da oficialidade chilena à Escola Militar, na presença do ministro da Guerra interino

Cândido Luiz Maria de Oliveira, Benjamin Constant havia pronunciado um discurso veemente, abertamente republicano, de grande repercussão. Sobretudo porque a programação do comandante Constantino Bannen e seus auxiliares era notícia diária das primeiras páginas dos principais jornais da Capital. Em todos eles havia a coluna Brasil e Chile, em destaque, ao lado do habitual espaço reservado às festas e eventos sociais da corte.

As primeiras páginas dos jornais do período eram bastante diferentes das atuais. Publicava-se, então, uma miscelânea de notas de tamanhos variados sem qualquer intenção de resumir o que se oferecia no resto do jornal. Não havia seções compartmentadas e nem cadernos especializados como há hoje. Havia, isso sim, rubricas que se repetiam com frequência: telegramas (com notícias do Exterior e das províncias), boletim (a crônica parlamentar), o folhetim de rodapé, o editorial, festas, *shake-hands* (aniversariantes do dia). A estas rubricas se somavam as notícias diárias. A primeira página do *Jornal do Comércio*, por exemplo, sob a rubrica Gazetilha, publicava notas variadas sobre a família imperial, o calendário de missas e solenidades, as encomendas que chegavam ao porto, doações, denúncias criminais e andamentos de processos, decretos imperiais, internamentos por alienação mental, estatísticas diversas (sobre a mortalidade na Capital, por exemplo), desastres, agressões (ofensas físicas, incluindo duelos), arrombamentos e roubos, bilhetes postais, promoções na Armada, casamentos e até denúncias de mau cheiro.

No dia 9 de novembro e nos que se seguiram não foi diferente. Naquelas primeiras páginas, porém, duas notícias mereciam igual destaque: de um lado, a cobertura da grande festa imperial, do outro, extensos editoriais comentando a crise político-militar. Dependendo da linha política do jornal, mudavam o tom da cobertura e o enfoque do editorial. Um diário exaltadamente monarquista, como a *Gazeta de Notícias*, tentaria ressaltar, na descrição do baile, os rituais da fidalguia, a suntuosidade do evento e o aparato tecnológico envolvido. Luxo e progresso pareciam se combinar na mesma noite de gala. Como de hábito, a *Gazeta de Notícias* fazia um relato completo e minucioso das *toilettes* das senhoras mais elegantes, comentando o esmero na confecção do modelo, a combinação de cores, o requinte dos bordados, a escolha dos acessórios. Por isso, as casas de artigos para festas multiplicaram seus anúncios entre o dia do baile do Cassino Fluminense e o do baile da Ilha Fiscal. Um estabelecimento tradicional como o *Notre-Dame de Paris* oferecia, na edição do *Jornal do Comércio* do dia 19 de outubro, um abatimento de 10% "num grande sortimento de meias de seda de cor, o par, (em preços que variam de) 4\$300 a 12\$600; plumas para guarnições de vestidos e cabeças a 3\$400; leques de madeira e gaze, madrepérola e tartaruga de 13\$300 a 90\$000; filós ricos de fantasia para guarnição de vestido, o metro de 14\$400 a 28\$800; gazes de seda de cor, o metro por 4\$930; cortes de seda, de 81\$000 a 180\$000; sapatos de pelica e verniz, o par, de 4\$950 a 9\$450; botinas de pelica com atacadores, elásticos ou botões, o par, de 11\$250 a 15\$300".

A descrição personalizada das *toilettes*, tradicionalmente feita pela *Gazeta de Notícias*, era ocasião de propaganda e disputa entre as casas de comércio. Do mesmo modo, julgava-se o estabelecimento responsável pelo preparo do *buffet*, e o que ficou encarregado da decoração. Num baile das dimensões do oferecido na Ilha Fiscal, havia que se falar até da empresa responsável pelas instalações elétricas. Tanta expectativa gerou esse acontecimento social que a *Gazeta* resolveu se antecipar aos fatos e já no dia 9 publicava uma descrição do cenário que aguardava os convidados daquela noite. "O jornalismo tem dessas indiscrições", avisa o redator anônimo, num texto intitulado "A festa de hoje", emoldurado com desenhos dos rostos do comendador Hasselmann e do barão de Sampaio Viana, "o leitor é ávido em sabendo o que se passa; já não se contenta hoje com a notícia de um fato consumado, quando este fato tem antecedentes". E continua: "Ele quer ser informado das minúcias e dos detalhes desses antecedentes; não permite um trabalho metódico de acumulação de dados para que se lhe relate um acontecimento com prólogo, ação e epílogo, e prefere na exigência de quem se habitue a esforços de reportagem que a gente lhes vá dando em pequenas doses o medicamento apto para debelar sua gulodice por novidades".

O redator lamenta não ter tempo para aprimorar seu tom teatral na forma convencional de prólogo, ação e epílogo. Mas mantém incólume a ênfase grandiloquente que sempre se fazia marca de estilo da *Gazeta de Notícias*. Veja-se, neste sentido, o seguinte trecho:

"O encouraçado chileno ficou em frente à ilha, mais ou menos no lugar em que está ancorado. Os navios de guerra brasileiros, surtos no porto, irão fazer-lhe guarda de honra, funcionando em todos eles poderosos projetores à luz elétrica, que hão de fazer daquele lado da bafa um verdadeiro lago de prata majestoso e fantástico. Desde o cais até a ilha estender-se-á uma linha de batelões, iluminados em arco com lanternas venezianas e copos de cores. Em frente ao ponto de desembarque da ilha fundeará o *Onion*, cruzador da alfândega".

Para sublinhar a imagem do lago de prata majestoso e fantástico, o redator passa a enumerar a quantidade de luzes prevista para a noite:

"O desembarque é feito numa ponte movediça, que atravessará da ilha à barca, guardada por doze marinheiros armados; (...). Salta-se para o galpão cuja linha de frente é ocupada por enorme pavilhão, onde está armada uma grande *lunette*. Esse pavilhão assenta em 24 colunas laterais e é iluminado com 96 lâmpadas com a força iluminativa de 1.920 velas. À esquerda, levanta-se outro pavilhão, onde está o *buffet* e que tem duas salas. Na primeira, e em todo comprimento, estendem-se duas mesas em forma de ferradura, com serviço para 430 pessoas: na segunda está a mesa destinada à família imperial. (...) Nesta primeira sala, há 56 lâmpadas com a força iluminativa de 1.344 velas, além de 40 candelabros; na da família imperial, há dois riquíssimos candelabros e 14 lâmpadas. A mesa desta sala foi posta para servir com cadeiras e toda a mobília é de apurado gosto. O edifício da ilha é exteriormente iluminado por muitos milhares de luzes em copinhos de cor, em escadas de corda postas na parede. Na entrada, sobre dois postes, há quatro lâmpadas de força iluminativa de 800 velas. Seguem-se outros quatro focos iguais no saguão onde vão ser armados dois quadros transparentes, um dos quais é a alegoria *O Brasil recebendo o Chile*".

Há ainda desenhos da mesa do *buffet* e do interior de um dos salões de dança. De forma que o texto, disposto em duas colunas centrais, chama tanta atenção quanto o impressionante editorial, publicado do lado direito desta primeira página, também em duas colunas. Mas aqui há um contraste importante: se o comentário sobre o baile é teatralmente grandiloquente, o editorial é de um alarmismo dramático. Com o título "Destinos políticos do Brasil", o editorial começa com duas perguntas:

"No momento atual, são muitas as questões discutidas na política do Brasil. Todas se resumem e se entrelaçam nos dois pontos simultâneos desta dupla interrogação: continuará a existir monarquia? Continuará a existir unido o Brasil?"

As duas questões se entrelaçam de forma indissolúvel para o redator. A Monarquia parece ser a única garantia efetiva da unidade nacional. Pelo menos a se crer no argumento que serve de eixo ao texto:

"A república e a fragmentação do país são aos olhos de uns hipóteses inseparáveis, ligadas como o efeito está à causa; dizer monarquia, na opinião de outros, é dizer unidade nacional".

Uns e outros, apesar da artilosa construção da frase, têm uma única e mesma opinião. "Da!", segue o texto, "os debates apaixonados acompanhando os incidentes diários de uma crise grave, fatal mesmo, se a inconsistência do moderno caráter latino em terra tropical não desse garantia de que por qualquer modo, com uma solução qualquer, ou talvez sem ela, tudo acabará em completa calma, por falta de persistência nervosa na massa da população brasileira e nas classes capazes de dirigi-la. O momento do agora é psicológico na vida da nação brasileira. Em uma raça em que as impressões são tão prontas quanto superficiais, embora as reações sejam tão lentas, como na raça brasileira, esse momento é muito breve".

Sem aceitar a existência de causas sociais ou de reivindicações morais para alimentar e fazer crescer o movimento republicano, o redator passa então a caracterizar as discussões sobre mudança de regime como males psicológicos de uma raça superficial:

"No caso do Brasil, a psicologia social é obscura e por isto interessante. Dizer pensamento nacional é querer talvez entrar nos domínios da adivinhação, a menos que, desnortado com as pretendidas e contrárias expressões deste pensamento, o observador não comece por negar, no cérebro do país, a existência de todo e qualquer pensamento. Se admitimos que as questões mais graves são as mais discutidas, veremos no Brasil, nas frases ditas e escritas dois vocábulos mais repetidos que os outros: república e federação".

Definido o momento político no tópico de uma crise psicológica da raça, o redator anônimo se exime de discutir as vantagens e desvantagens de um novo regime. A República não passa de uma "idéia destrutiva":

"A idéia republicana é a forma mais aparente das tendências que chamamos de destrutivas, ou antes, é a idéia que por necessidade do momento resume em si todas as idéias de destruição. (...) Há mais de 60 anos o Brasil recebeu um sistema de governo complexo e adiantado, ao qual não se havia o país moldado pela adaptação lenta do seu desenvolvimento histórico. Este é o fato culminante da existência política do Brasil, a anomalia inicial a que se prendem mais ou menos todas as inconseqüências da vida política da Nação. Desde a independência houve imensa desproporção entre o estado da civilização nacional e as aperfeiçoadas instituições dadas ao país".

Se o Império é o sistema de governo mais complexo e aperfeiçoado, o leitor poderá ter demonstrações de civilidade e cortesia passando os olhos pela reportagem em torno do baile da Ilha Fiscal. Neste sentido, se pode dizer que reportagem e editorial se complementam, estando ambos num estilo grandiloquente, quando não sensacionalista. Talvez se possa mesmo usar aqui uma

classificação semelhante àquela concebida por Walnice Nogueira Galvão, no seu primoroso *No calor da hora*, para tratar da cobertura da Guerra de Canudos. No que se refere ao baile da Ilha Fiscal, três linhas mestras bem semelhantes diferenciam os textos de imprensa. Também aqui se pode falar de uma cobertura sensacionalista (exemplificada nas matérias da *Gazeta de Notícias*), uma cobertura galhofeira (em que se podem enquadrar *O País* e a *Revista Ilustrada*) e uma cobertura ponderada (que se percebe nos textos do *Jornal do Comércio* e do diário *Novidades*).

O tom grandiloquente e triunfalista da reportagem da *Gazeta de Notícias* sobre o baile da Ilha Fiscal foi rebatido, com picardia, pelo diário republicano *O País*. Na edição de 10 de novembro, há dois textos que relembram a festa da noite anterior. O primeiro é uma reportagem que qualifica a festa de "esplendorosa" e comenta, com certa discricção, o movimento dos convidados, exalta os efeitos da iluminação, descreve o *buffet*, a decoração e enumera as autoridades presentes. Serve este primeiro texto para comprovar que o redator lá esteve e tudo assistiu, apesar da linha política abertamente opositora do jornal. Os únicos parágrafos que o diferenciam das demais coberturas ponderadas são os que servem de abertura à reportagem porque mencionam uma enorme assistência que permaneceu fora da festa:

"Às oito da noite, no cais Pharoux principalmente e nos outros cais era extraordinária a aglomeração de curiosos, ávidos de apreciar os efeitos da iluminação e do transporte dos convidados para a esplendorosa festa. Até a meia-noite a multidão foi sempre crescente, enchendo toda a linha do cais, desde a doca do mercado até o arsenal de guerra.

No cais Pharoux estavam atracadas muitas lanchas a vapor de que se serviram cavalheiros e famílias para se transportarem à Ilha Fiscal. Do cais, o aspecto da Ilha e da bafa era lindíssimo, verdadeiro quadro fádico".

Ao lado desta reportagem, porém, publica-se a crônica "Foguetes" (título costumeiro da coluna de comentários sobre eventos sociais da corte). Esta crônica, sim, é um requintado exemplo do tom de galhofa que permeou a imprensa oposicionista. Começa, aliás, ironizando o espetáculo de luzes, unanimemente elogiado pelos jornais:

"Estão facilitando com o fogueteiro? Já fazem festas sem o nosso concurso artístico? Não nos mandaram chamar para fazer um fogozinho de artifício na Ilha Fiscal, nem se lembraram de convidar-nos para o baile? Pois lá fomos. Ora aí está. Comemos goiabada, queijo-de-minas, empadas de dobradinhas, galantine de roupa velha, carne assada com farofa (...) Estão pensando que é mentira? Que nós ficamos no cais Pharoux a ver a luz elétrica? Pois fomos ao baile, sim senhores. E por sinal nunca vimos tão bonitos vestuários".

A seguir, a crônica parodia a enumeração dos vestuários, tão comuns nos noticiários sobre grandes festividades:

"Façam idéia por esta nota que tomamos às carreiras:

Mme. X.P.T.V.K.J. – *Robe en soie couleur de bom-bocado garnie de dentelles loie gras et corsage en soie d'archet de violou en si bemol.*

Mlle. H. – *Parure de perles chinoises en cinq fils croisés: robe gris perle et voulants perlés: gants de suède peau de petit charmeau national à demi bras e bouquet de espirradeira de Petrópolis.*

Barone X.Z. – *Esplendide, faiscante, sous la toilette jaune miolo de abóbora, brodé d'or or mat et pleine de fleurs de rhétorique jusqu'au calcanhar!*

Mme. Nunú – *Ravissante avec sa coiffure a pain de suere et um tico-tico folatrant sur une branche de mangueira.*

Mme. Risotte – *Toilette en voile creme a la vanille, grand chapeau en petit taglianni, brodene de champignons a la charlotte russe et deux pommes de terre au caursage.*

Mme. T.E.T.E.A. – *Un vrai peixão. Trajava lumière eletrique 1600 bougies aux yeux gais comme deux camondongos, pred tout petit, gata borralheira e un dot qui etait une vrai ratoeira.*

Mlle. A.R.R.E. – *Divina. Toilette torpedo whitehead, jupe dentelle au forme de leme de vaisseau et coursage sur un plastron au coup rapide de nordenfeld.*

Mr. Z.B.D.O. – *Habit noir comme une nuit d'orage, crachat de la rose a la droite, cravate bleue, gants vermillons de la chine et soulier engraxados;*

Mr. X.P.T.O. – *Trés distingué, pomadé, perfilé, tout a fait bien posé et gommadé. Portait grand uniform de cavalerie du battalon du commandeur, colonel senateur manque. C'etait un petit bon-homme pas plus haut que ça ... et toutes les dames s'ecriaient a son passage triomphal! Ah, qu'il est beau sous les armes! Il est sortie à cacs d'une colique provoquée par un sorvete muito lno;*

Mr. B.O.C.O. – *Toujours tristonho, après minuit il est conservé dans un coin près de la cuisine et jusqu'au matin il ne pouvait pas se consolér du depart de la barque ferry.*

Seria um nunca acabar se tentássemos descrever todos os trajés dignos de nota".

À descrição do vestuário se segue a transcrição de conversas "ouvidas na festa", em frases soltas, trechos de diálogos que se entrecruzam:

"Aí vão algumas notas como as transcrevemos em nossa carteira:

- Construtoras a 27 é comigo.
 – Não chuchas, meu velho, já tenho 30 por elas...
 – O sorvete está frio, mas muito gostoso.
 – É de creme com canela, não é Joaquina?
 – Com ovo.
 – Vou levar umas balas de beijo para a Chumbita que não veio, coitadinha...

 – Oh, sim, minha senhora...
 – A aurora com seus dedos cor-de-rosa e seus bocejos misteriosos é a meia-irmã da lua, que é a dourada esperança dos corações que amam, dos poetas que descantam; dos trovadores que cantam, das belas que encantam...
 – ... e dos idílios que espantam.
 – Não me esfrie, minha senhora.

 – Então, D. Gertrudes, já nasceram os garnizés?
 – Ora, deixe-me Josefa! Goraram todos com a trovoada na semana passada.
 – Eu bem que lhe disse que não deitasse com a lua nova.

 – Aquilo é muito sério, sr. conselheiro. Pode dar numa questão internacional.
 – Qual histórias! Isto de caranguejos, penol e pavilhões marcantes é uma frivolidade, um ribeiro que a ponte mais frágil atravessa sem o recurso da troca de notas diplomáticas.

 – Parabéns, sr. conselheiro, parabéns. A sua festa está simplesmente esplêndida... Sobretudo pelo lado do mastigo. O *fromage glacé* e la província de Minas estava delicioso.
 – Obrigado. É bondade de vossa excelência. Viu o Chico?
 – Qual deles?
 – Ora, qual há de ser...
 – Ah! Sim... Está lá fora sondando o cais das docas”.

Há, enfim, uma série de cenas curtas, flagrantes rápidos que não se detêm diante das convenções sociais, de normas de recato e pudor. O texto é francamente debochado, demolidor, e serve de contraponto satírico à reportagem sobre o baile que se publicou ao lado, na mesma página. Ao pé, no canto direito, há uma coluna intitulada “Aparas”, em que costumeiramente se publicava um poema-crônica, a resumir os eventos do dia. “Aparas”, no dia 10, se permeia também de um tom crítico para tratar do baile da Ilha Fiscal:

“Aparas 472 Isto é que é povo pacato, Ordeiro, bem comportado... Fica uma noite ao sereno, Vendo um prédio iluminado.	Não podendo meter dente Em qualquer bela iguaria, Contenta-se o bom povinho Com o cheiro da maresia.	E assim tu gozas, bom povo, Das festas extraordinárias, Cheirando um roast-beef ao longe E olhando p'ras luminárias”.
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Sai p'ra rua em romaria, Deixando a casa deserta, E passa uma noite inteira, Na praia, de boca aberta.	Às vezes vem ter à praia Consoladora lufada, Inda trazendo um restinho Do cheiro de carne assada.
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------

O texto é assinado por um pseudônimo costumeiro: o “Tesoura”. E talvez toda a irritação dos redatores do jornal *O País* se explique por uma notícia publicada na seção “Boletim”, sob o título de “Planos governamentais”. Ali se revelam boatos que seriam determinantes no definitivo agravamento da crise militar que levaria, cinco dias depois, à Proclamação da República:

“Entre as medidas previamente asseguradas da instalação do Terceiro Reinado consta-nos que será apresentado ao Parlamento pelo governo imperial um plano de desorganização do Exército concebido nos seguintes termos:

O Exército será disseminado pela vasta superfície do império, em contingentes pequenos, distribuindo-se para este fim os batalhões pelas províncias, de modo a ficar na capital de cada uma delas uma ala de batalhão no máximo. Na corte ficarão apenas o primeiro de artilharia, o primeiro de infantaria e o primeiro de cavalaria. Os outros batalhões que ainda aqui se acham irão para as províncias mais longínquas.

A Guarda Nacional alternará com os corpos de linha no serviço de guarnição da cidade. Além disso, o governo pedirá autorização para:
 reunir o adicional ao soldo dos oficiais;



AQUI REPOUZA
O PROGRESSO POLITICO E SOCIAL DO IMPERIO.
POVO, ORAE POR ELLE!

Desenho de Ângelo Agostini, sem título, publicado na *Revista* de 2 de setembro de 1882, em que se lê: "Aqui repousa o progresso político e social do império. Povo, orae por elle!"

instituir o montepio obrigatório (segundo o antigo projeto apresentado em 1878 pelo sr. Marques de Paranaguá);

destituir do posto qualquer oficial sem dependência de processo;

instituir reformas compulsórias, dadas certas e determinadas condições.

Fora destas, outras medidas de mesma índole e alcance estão sendo estudadas pelo egrégio personagem que, tendo no atual ministro da guerra o seu fonógrafo, é quem hoje fala alto e fala grosso com referência a todos os assuntos militares".

O "egrégio personagem" a que se refere o redator anônimo é, naturalmente, o visconde de Ouro Preto, presidente do Conselho de Ministros. E a publicação deste boato numa coluna de primeira página destinada, em dias comuns, às efetivas decisões parlamentares, era consequência de uma reunião no Club Militar, na noite anterior. Enquanto corriam à solta os festejos imperiais, oficiais do Exército e propagandistas republicanos haviam se revezado em discursos de protesto contra a política do Ministério. Entre eles, estava Quintino Bocaiuva que, desde 1885, era diretor e principal redator do jornal *O País*, onde havia substituído Ruy Barbosa.

Por causa dos boatos ou por conta da sátira ao baile da Ilha Fiscal, não importa, o fato é que a edição do dia 10 foi totalmente esgotada, com uma tiragem de 35 mil exemplares. Um marco anunciado em destaque na edição do dia 11, que seria superado seis dias depois: a edição do dia 17, com as primeiras medidas do Governo Provisório e o relato pomposo dos bastidores da Proclamação da República, venderia uma tiragem de 62.500 exemplares. À medida em que se aceleravam os boatos, *O País* aparecia, mais e mais, como o órgão de imprensa melhor informado. Lá se encontrava o tom nervoso e exaltado do militante em campanha e se observava por um viés ridículo o movimento do Ministério liberal. Era a mistura que o momento exigia. No dia 11, a primeira página de *O País* voltava à carga, trazendo uma continuação da coluna "Foguetes", com novas cenas "observadas" no baile da Ilha Fiscal. Desta vez, a sátira vira facilmente propaganda:

"...mas, coisa notável, o baile era dado pelo Visconde de Ouro Preto, presidente do conselho, e toda a gente teimava em perguntar quanto teria gasto o governo.

- Os liberais governistas respondiam: 100 contos.

- Os dissidentes afirmavam: Duzentos!

- Os conservadores explicavam que tudo aquilo corria por conta da seca do Ceará.

- Um republicano bradava sem fôlego: não temos água, não temos instrução pública, não temos imigração, nem estradas, nem lavouras, nem indústria, e somos sobrecarregados com impostos para se deslumbrar a honestidade de uma república séria com as superficialidades de uma monarquia que manda dar bailes para ocultar a bflis de um seu ministro, que se aproveitou da posição accidental para desfeitear um inimigo, fazendo a nação amiga dos brasileiros de tabela para a sua reprovada carambola".

O redator "fogueteiro" salva o personagem republicano, mas nem por isso confunde sua voz com a dele. Depois de "transcrever" a frase longa, quase sem pontuação, do militante sem fôlego, o redator marca a diferença entre ambos, como a conceber, para si próprio, um perfil isento, igualmente crítico de todos os outros:

"... Para nós é que pouco importa saber quem paga o pato. A festa estava muito boa e nós nos divertimos à grande, sobretudo com o que vimos.

Às 10 horas, houve uma tentativa de assalto à ilha. Um escaler com alguns nove homens destemidos e de cartola rodeou o cais e sondou o terreno para furtar um peru.

Felizmente, não havia perus à mesa. Só apresentaram 604 peruas, mesmo porque quase todos os perus da terra já tinham sido mortos e comidos pelos asilos e o ministro do estrangeiro, para evitar algum incidente diplomático, suprimiu o peru do cardápio dos chilenos".

Enquanto o "fogueteiro" ainda comenta o baile, no rodapé "Aparas" (o de número 473) o assunto é a transferência do 22º batalhão para fora dos domínios da Capital, uma espécie de preâmbulo ao projeto do Ministério liberal de pulverizar todo o Exército pelo território nacional:

"Aparas 473

Lá se foi ele p'ra longe
O vinte e dois lá se foi,
Alegre, tocando a polka
'Quem foi que comeu meu boi?'

Dentro em pouco, desta sorte,
Continuando as remoções,
Que diabo resta p'ra corte
Dos cinco ou seis batalhões.

Não lhe fez mossa a mudança,
Não se entristeceu por isso,
Uma vez que era a viagem
Por motivo de serviço.

Não nos massemos com isso.
Daf não vem nenhum mal.
Se o Exército nos falta
Sobra a Guarda Nacional".

Esta rivalidade entre a Guarda Nacional, predominantemente monarquista, e o Exército, às voltas com a propaganda republicana, estava na ordem do dia. O poema-crônica, assinado pelo "Tesoura", comentava o grande tema das conversas, o maior alimentador de boatos da semana em que se proclamou a República. Tanto assim que, entre tantos detalhes a sublinhar, a *Revista Ilustrada* voltaria a mencionar esta rivalidade, nas suas páginas centrais dedicadas ao baile da Ilha Fiscal. A edição nº 569-ano 14, de 16 de novembro de 1889, traz na capa o senador Vieira da Silva, falecido a 2 do mês então corrente. Numa revista que abertamente apoiava a causa republicana, esta capa se explica apenas pelas pressões da gráfica: a edição estava quase toda fechada, quando o movimento militar liderado pelo marechal Deodoro, na madrugada do dia 15, se rebelou contra a Monarquia.

A página dupla central tem o título "Antes do dia 15". Traz 15 cenas desenhadas, com legendas, 10 delas referentes ao baile. Estes dez desenhos têm como protagonista um membro da Guarda Nacional. Na primeira cena, ele aparece saindo da cama, depois dançando satisfeito com os trajes na mão, depois todo arrumado diante do espelho e, já na rua, diante de um grupo de curiosos. Há, em seguida, um desenho da Ilha Fiscal. Depois, outro de duas mulheres de braços dados com um convidado. A próxima cena mostra um grupo de pessoas se acotovelando num recinto, entre elas o tal membro da Guarda Nacional. Outra cena revela o oficial tirando uma dama para dançar. Na penúltima cena o oficial aparece "tomando posições" diante de uma mesa repleta de iguarias, onde já se amontoam outros membros da Guarda Nacional. E por fim, nesta série dedicada à Ilha Fiscal, vêem-se vários oficiais de espada em punho lançando-se sobre os pratos, comendo frangos inteiros, disputando garrafas e pratos voando. As legendas, pela ordem, são as seguintes: 1) "O baile da Ilha Fiscal é assunto de mil conversações"; 2) "Todos se preparam para nele fazer brilhaturas"; 3) "... inclusive a Guarda Nacional"; 4) "... que deita a elegância domingueira atraindo atenções gerais"; 5) "Eis aí a Ilha encantada dos seus sonhos!"; 6) "As comissões de recepção não tinham... braços a medir"; 7) "Sufocava-se, ficava-se reduzido a *sandwich* no meio de tanta gente!"; 8) "Alguns episódios da dita guarda: Em plena conquista..."; 9) "Tomando posições..."; 10) "Um sarilho dos diabos e acabou-se..." As outras cinco cenas tinham por personagem principal o senador Vieira da Silva.

Feita às pressas, a ilustração que homenageia a Proclamação da República se restringe à última página, com uma legenda que diz: "Glória à Pátria! Honra aos heróis do dia 15 de novembro de 1889. (Homenagem da *Revista Ilustrada*)". Há ainda um suplemento ao nº 569: um *poster* ilustrado com retratos dos membros do "Primeiro ministério dos Estados Unidos do Brasil". Na página 2, os redatores se desculparam pelo atropelo da edição:

"À hora de entrar a nossa folha no prelo, os atos do gabinete de 7 de junho e a indiferença da coroa a tantos abusos deram os seus legítimos frutos: foi proclamada a república federal brasileira, único regime que convém à nossa pátria e que havia de ser um fato, mais hoje mais amanhã.

O gabinete demissionário precipitou porém os acontecimentos e hoje em plena paz, no meio do regozijo popular, saúda-se de todos os lados o novo e fecundo regime da democracia, do direito e do futuro da América".

A cobertura do baile, porém, não se restringe às páginas centrais. Nesta mesma página 2, há um texto demolidor, assinado pelo pseudônimo "S. Marcial", em que se critica tudo, dos salões ao número de convidados, dos gastos ministeriais ao banquete oferecido. A crônica tem o título de "O baile da Ilha Fiscal": "Esteve de se lhe tirar o chapéu o baile do dia 9, oferecido pelos contribuintes, em nome do presidente do conselho, ao ministro do Chile e à oficialidade do coraçado Almirante Cochrane.

O golpe de vista que oferecia a pitoresca ilha, outrora dos ratos, era ofuscante, não havia dúvida. Todo o esplendor e todo o *vlan* que se pode conseguir com o dinheiro estava lá. Infelizmente, porém, o edifício compõe-se de saletas e em se tratando de um baile, não havia um único salão digno de tal nome.

A profusão dos convites também pôs as 3.000 pessoas que lá foram como sardinhas em tigel. Para conseguir-se o espaço necessário às danças, o sr. Hasselmann teve de suar não só o topete, mas também os colarinhos, de tal modo que este perdeu toda a compostura e tomou o aspecto de uma simples tripa enrolada no pescoço".

Já a *Gazeta da Tarde*, referindo-se ao pouco critério que presidira a distribuição dos convites, dissera que, ao passo que eram esquecidos personagens importantes ou corporações que tinham o direito a essa amabilidade, caixeiros de zangões de praça, meninos de colégio e outros indivíduos menos classificados dispunham de um convite para a grande festa oficial. Tudo isso deu em resultado um amálgama de povo, pitoresco no seu conjunto, pois o paletó-saco se intermediava por vezes entre as casacas, mas que não era o que se desejava.

As comissões também não funcionaram com regularidade. O sr. conde de Figueiredo não esteve na que era encarregada de receber as famílias. Ainda assim os convivas "divertiram-se e suaram a valer.

As conversações, em geral, versavam sobre o custo da festa. Havia cálculos de 300 contos e outros para 200.

Arquivo Marília Martins



"Homenagem da *Revista Ilustrada* ao 13 de Maio de 1888"; desenho de Ângelo Agostini, na *Revista* de 19 de maio de 88

Só o *bufett* consta que andou por uma pelega de 50 contos. *Apré!* Muito peru e muita empa-da deve ter havido.

Retirados os convidados, parecia que a Ilha Fiscal tinha sido o teatro de alguma batalha: havia inúmeros despojos. Um colega nosso dá, deles, a seguinte lista: 17 travesseiros, 6 almofadas, 8 raminhos de corpete, 13 lenços de seda, 9 de linho, 15 de cambraia, 9 dragonas, 3 coletes de senhora, 17 ligas, 8 clagues, 16 chapéus de cabeças e grande quantidade de algodão em rama.

Mas a opinião geral era de que nunca se saberia quanto custara a festa. Também das célebres transações do café, nunca se contou que as contas viessem à luz e contudo elas estão publicadas no número 39 da *Nação*.

Aqui, provavelmente, acontecerá o mesmo. Um belo dia um deputado requererá estas contas e então saberemos todos quanto nos custou o baile dado pelo sr. de Ouro Preto.

Ao que nos dizem, todas as classes sociais estiveram representadas, não poucos convidados lá encontraram os seus alfaiates ou os seus fornecedores, alguns dos quais em cômodos paletós-sacos.

A Guarda Nacional fez brilhaturas.

Todavia quem andou em maior contradança foi o pacato Tesouro Nacional!

Shocking!"

Há ainda uma última seção de notas que se dedica a comentar as homenagens da coroa à oficialidade do Almirante Cochrane. Numa dessas notas, se fala da família imperial, o que era bastante raro. Mesmo os órgãos de imprensa abertamente republicanos costumavam poupar o imperador e seus herdeiros de comentários mais virulentos. A popularidade da casa imperial era ainda grande e, à exceção do conde D'Eu, todos gozavam de simpatias generalizadas. De modo que, ao invés de criticar o príncipe Dom Pedro Augusto, filho de Isabel, por um presente dado à tripulação chilena, a *Revista Ilustrada* prefere atacar o artista que recebeu a encomenda:

"Sua Alteza, o Príncipe D. Pedro Augusto, encomendou um quadro ao pintor de marinhas Castagnetto e teve a gentileza de o oferecer ao digno comandante e à simpática oficialidade do encouraçado chileno Almirante Cochrane.

Rejubila-se a pintura nacional por este fato tão raro quanto expressivo de um amador e príncipe ter tido a lembrança de a distinguir com a sua escolha para ser a intérprete de um sentimento que nobilita Sua Alteza – o sentimento de paternidade e simpatia voltado aos distintos cidadãos da República do Chile.

De par com este júbilo de que deve estar possuída, a pintura nacional pode arquivar no seu livro de ouro esta manifestação do gosto artístico de Sua Alteza e esta homenagem por ele prestada à arte que tantos homens honrou e distinguiu, mas que entre nós não tem tido forças bastantes para caracterizar notavelmente a face artística do nosso povo".

O quadro estava então exposto na *Place Elegante*. E o texto, a seguir, passa a criticar a marinha de Castagnetto. Primeiro, levanta a dúvida sobre a execução da figura desenhada: "estaria o encouraçado chileno de perfil ou de escorço?" Depois, aponta o "erro" da presença do Pão de Açúcar no quadro, levando-se em conta o ângulo eleito pelo pintor para observar a paisagem da bafa de Guanabara. "Estes dois erros principais", escreve o redator que se assina "Xisto Graphite", "mostram que Castagnetto não se possuiu como devia da singular importância da encomenda de Sua Alteza".

Em contraste com esta construção debochada de um fato jornalístico, havia uma linha editorial em tom moderado, que se pode encontrar nos textos do *Jornal do Comércio* e do diário *Novidades*. Nenhum dos dois poupou elogios à organização e à suntuosidade da festa. Mas nem por isso transformaram tais elogios num panegírico do regime monárquico, nem se estenderam em editoriais enérgicos. Mesmo quando se tratou de noticiar os acontecimentos da madrugada do dia 15, os dois jornais foram até bastante sóbrios se comparados aos concorrentes.

Na coluna de rodapé "Folhetim", na edição do dia 10, o *Jornal do Comércio* publica uma crônica repleta de imagens dramáticas da noite anterior. Ao contrário dos personagens de Machado de Assis, em *Esau e Jacó*, que preferem se regozijar com a imaginação do futuro, o cronista que se assina Y. revela um certo prazer com o fim da festa:

"Dizem que o melhor das festas é esperar por elas. Parece que não, que muito mais agradável do que imaginar o que elas hão de ser é recordar o que elas foram", anota, para em seguida comparar a nostalgia do prazer à ansiedade da espera, "que é quase uma apreensão, quando o prazer, destinado à diversão, começa por preocupar". Se a expectativa se torna um pequeno desgosto pela incerteza do que virá, como bem avisa o redator, "durante as festas o prazer não é lá grandes coisas também". Por quê? É que "as impressões muito de perto, muito atuais, muito

REVISTA ILUSTRADA

CORTE

Ano 5000
Semestre 8000
Trimestre 5000

PUBLICADA POR ANGELO AGOSTINI.

A correspondência e reclamações devem ser dirigidas
A RUA DE GONÇALVES DIAS, N.º 50, SOBRADO

PROVINCIAS

Ano 20000
Semestre 11000
Anual 10000



Angelo Agostini

Retrato de Angelo Agostini na capa da *Revista Ilustrada* de 13 de outubro de 1888, por A. Bernardes Pereira Neto

grosseiras, de realidade presente, não dão de si toda a idéia. É depois, passado o atropelo do fato, que o prazer se nos apresenta completo à imaginação como os perfumes que melhor se revelam pela última evaporação".

Para colorir suas lembranças com os tons fortes da intensidade vivida, o cronista comenta, a seguir, "o torvelinho de mil luzes em vai-e-vem, com um barulho de gente invisível, dos convidados que chegam ou dos que voltam". A descrição do cenário da festa e seus detalhes resalta os mesmos pontos sublinhados nas inúmeras reportagens do dia. Há uma atenção especial com o espetáculo das luzes elétricas. Apenas as impressões do cronista maravilhado usam imagens fortes, como perigos imprevistos escondidos na escuridão. O texto afirma o seguinte:

"Para o céu profundo e negro, as projeções da luz elétrica movem-se como um braceja-

mento doido de imensas asas fantásticas de um moinho ou como os manejos de espada de um fabuloso troféu de aço animado. De repente, na direção de um desses golpes do raio elétrico, desenha-se a forma vacilante de um vaso de guerra ancorado nas trevas, que surge rutilo num momento, como se fosse um blindado de prata”.

O leitor desinformado sobre o ritual de efeitos previstos para o evento bem poderia levar um susto. Afinal, que estranhos “vasos de guerra ancorados nas trevas” são esses? Apenas o encouraçado chileno e alguns navios brasileiros que lhe serviam de escolta de honra. Mas o tom dramático ainda continua nas próximas linhas. É quase como se o autor transcrevesse a expectativa da noite com imagens do que iria se passar daí a alguns dias: o perigo militar rondando a Monarquia indiferente, em festa perene. “Na difusão de todas as luzes, sobre o espelhamento das águas”, continua o redator, “o edifício da Ilha Fiscal parece mais luminoso, flamejando como um espantoso brolote. Do coração deste incêndio – maravilhosas chamas que ardem cantando – tumultuam turbilhões de música, que vão ecoar no continente, que se vão perder nas enseadas do litoral.” A imagem-síntese concebida pelo autor é a de “um éden de fogo, no meio das águas retilhas pela escuridão da noite”. Depois, então, passa a enumerar os melhores momentos do baile, as conversas dos elegantes, as intrigas dos *carnets* das damas mais disputadas para a dança, a decoração do palácio, a excelência dos músicos, o desfile das vaidades. A este texto não se sobrepõe um editorial inflamado ou efusivo. Apesar das imagens fortes, de tons dramáticos, o *Jornal do Comércio* manteria uma certa ponderação ao tratar do último baile da Monarquia.

Um tom de moderação bastante semelhante se pode encontrar, igualmente, na reportagem publicada pelo *Novidades*, no dia 10. “Considerável multidão apinhava-se no cais e nas imediações”, diz o texto, “onde permaneceu até horas adiantadas a desfrutar o magnífico panorama da bafa e da ilha. As barcas Ferry transportaram milhares de espectadores que faziam passeios a Niterói para verem de mais perto a deslumbrantíssima festa”. De todas as matérias de grande imprensa, no dia 10, esta talvez seja a mais completa, se avaliada com parâmetros jornalísticos atuais: mostra-se repleta de minúcias como o horário de embarque das autoridades, a observação dos enfeites decorativos, a ordem dos brindes e dos discursos, a organização das quadrilhas, etc.

Para se ter, no entanto, uma idéia do quanto o *Novidades* tentava manter uma certa imparcialidade em suas coberturas, basta comparar o editorial publicado na sua edição do dia 15 e outro, que se encontra na primeira página de um jornal abertamente republicano, como a *Gazeta da Tarde*. Com o título “O futuro do Brasil”, o editorial da *Gazeta* é o seguinte:

“A partir de hoje, 15 de novembro, o Brasil entra em nova fase, pois pode-se considerar finda a monarquia, passando a regime francamente democrático com todas as conseqüências da liberdade.

Foi o Exército quem operou esta magna transformação: assim como a 7 de abril de 1831 ele firmou a monarquia constitucional, acabando com o despotismo do primeiro império, hoje proclamou, no meio da maior tranqüilidade e com solenidade realmente imponente, que queria outra forma de governo.

Assim desaparece a única monarquia que existia na América e, fazendo votos para que o novo regime encaminhe a nossa pátria a seus grandes destinos, esperamos que os vencedores saberão legitimar a posse do poder com o selo da moderação, benignidade e justiça, impedindo qualquer violência contra os vencidos e mostrando que a força bem se concilia com a moderação.

Viva o Brasil! Viva a democracia! Viva a liberdade!”

Nem mesmo a menor réstia deste panegírico ao Exército e de seu tom ufanista permeia o editorial do *Novidades*. Até quase o final do texto, sequer se menciona a palavra “República”. No seu lugar, fala-se todo o tempo em crise nacional:

“A população desta capital foi hoje de manhã surpreendida com a notícia de acontecimentos que excederam todas as previsões. O ministério de 7 de julho tendo querido tomar algumas medidas talvez extemporâneas, de disciplina em relação ao Exército, desenvolveu a resistência na força pública e o poder executivo teve de transigir ante o poder dos acontecimentos. Parece-nos que na sucessão dos atos governamentais não houve a necessária previsão e prudência, nem a apreciação justa dos elementos de ordem de que dispunha.

Governar é prever, e quando se tomam medidas violentas é preciso medir de antemão o seu alcance.

Nesta primeira parte dos acontecimentos não podemos deixar de lamentar a falta de regime verdadeiramente liberal, em que os atos oficiais partam da opinião pública, e não possam ser tomadas medidas de tanta gravidade, sem que se procure conciliar todos os interesses sociais.

A violência é sempre má conselheira e traz em si conseqüências lógicas inevitáveis.

Há muitos dias que o *Novidades* resistia francamente a atos inconsiderados do poder executivo, mas sempre o fez em nome da nação e na defesa dos interesses nacionais.

Depois da capitulação do poder executivo, a crise tornou-se nacional, pois é preciso saber que se trata de manter este grande todo chamado Brasil e a soma de interesses nacionais e estrangeiros que ele representa.

Precisamos de calma, do concurso de todos os elementos da população, da deliberação livre das províncias, e é o conjunto de todas essas forças vivas que deve decidir os nossos destinos.

Aqui a neutralidade não é possível. O egoísmo diante do conjunto de interesses nacionais seria um crime. Todos os cidadãos devem tomar parte na deliberação, refletir sobre as consequências e fundar as bases da nova situação sobre a ordem, a liberdade e a integridade nacional.

Convém que todos nos tornemos defensores da ordem social, das deliberações livres, da guarda de todos os capitais e interesses que nos estão confiados.

Falamos sem preconceitos, sem liames, sem paixões partidárias. Há, porém, acima de todas as queixas e recordações a idéia de uma pátria forte, unida, bem dirigida e que conserve-se na altura de uma grande nação americana.

O Exército, que operou a mudança, é e deve ser a nossa maior garantia.

Dirigido por uma oficialidade instruída, patriótica, cheia de abnegação e previdência, ele saberá resistir a todos os excessos e manter pura a revolução nacional que a sua firmeza operou sem derramamento de sangue e sem ataques aos interesses industriais.

Ordem e liberdade! É esta a nossa divisa".

Ao lado deste editorial, na mesma primeira página, em outras duas colunas se descrevem os acontecimentos da madrugada, na forma de uma reportagem. É só aí, neste segundo texto, que se afirma que "às 11 horas, que estava na Praça da Aclamação, desfilou pela Rua do Ouvidor aos gritos de viva a república!" Apenas pelo editorial, o leitor não seria informado da mudança de regime. Explica-se por que: "consta que a comissão (provisória) vai redigir uma proclamação ao povo, convocando-o para um grande comício em que ficará resolvida a forma de governo do país".

Pelo editorial, no entanto, já se sabe a razão de tanta cautela e até distanciamento do jornal em relação aos fatos do dia. Monarquia ou República, não importa o regime, desde que certos interesses estejam devidamente resguardados. O *Novidades* é, portanto, o melhor exemplo desta construção ponderada, e até pragmática, do noticiário jornalístico. Um meio-tom equidistante que se nota tanto nos editoriais quanto em coberturas aparentemente descompromissadas, como se costuma ler na seção de fofocas e eventos sociais da imprensa. Às vésperas do 15 de novembro, até a menor das descrições do último baile da Monarquia se enreda na paixão, nas expectativas do momento.

A linha mestra do noticiário de um jornal, seja ela grandiloquente, galhofeira ou pragmática, não se define pelo teor de um único texto ou pelo estilo de um redator solitário. Cada página de jornal é um mosaico, em que os fragmentos nem sempre se encaixam, nem sempre atuam de forma complementar. Uma crônica satírica pode perturbar a leitura de uma reportagem publicada a seu lado. A primeira página de *O País* é o melhor exemplo: se o repórter qualifica a festa de "esplendorosa", o cronista da seção "Foguetes" ridiculariza os convidados da Ilha Fiscal e, mais do que isto, ridiculariza o noticiário do jornal concorrente, a *Gazeta de Notícias*, parodiando seu estilo de cobertura de eventos sociais. Cada página de jornal é um mosaico, e quase sempre ali se assiste a um jogo de contraste. As linhas divisórias separando crônica, charge e matéria jornalística, a divisão em seções, em editoriais e até em suplementos diversos, todas estas "inovações" que a imprensa atual teima em implementar nada mais são do que estratégias para se anular este jogo de contrastes, para se amenizar o atrito possível na leitura de cada página. A tendência atual é padronizar o texto jornalístico, é criar a ilusão de que em cada página há um único redator.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora*. São Paulo, Ed. Ática, 2ª ed., 1977.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, 2ª ed. 1977.
- COSTA, João Cruz. *Pequena história da República*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 3ª ed., 1989.
- SANTOS, Francisco Marques dos. "O baile da Ilha Fiscal". In: *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis, Ministério da Educação e Saúde, 1941.
- OLIVEIRA, Otávia Correa dos Santos. "O baile da Ilha Fiscal". In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. III. Imprensa Nacional, 1943.
- ANÔNIMO. "As duas últimas festas da monarquia". In: *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis, Ministério da Educação e Saúde, 1941.